



CEB LAJEADO S.A.

CNPJ 03.677.638/0001-50

Sector de Indústria e Abastecimento - SIA - Sector de Áreas Públicas Lote C
CEP: 71.215-902 - Brasília-DF - Telefone: 3465-9300

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CEB LAJEADO S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Mensagem da Administração

O ano de 2015 foi marcado por fortes turbulências na gestão financeira e operacional das geradoras em geral e das hidrelétricas em particular. A escassez de chuvas no país reduziu de forma acentuada o nível dos principais reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste. A legislação que regula as relações entre as geradoras e demais agentes que atuam no mercado de energia elétrica não se mostrou apta ao enfrentamento das consequências financeiras da crise hídrica, principalmente em função da atribuição legalmente definida para o risco hidrológico. A vertiginosa ascensão do preço da energia no mercado "spot" - ao qual as geradoras hidráulicas tiveram de recorrer para cobrir seus déficits de geração - impôs-lhes passivos incompatíveis com as receitas auferidas, nos termos dos contratos de compra e venda celebrados com as distribuidoras. Evidenciou-se, então, a inadequação das regras vigentes à realidade produzida pela anormalidade climática. A falta de soluções no quadro regulatório existente, houve generalizada corrida dos geradores hidráulicos ao Poder Judiciário para contestação dos vantajosos passivos que lhes eram atribuídos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em meio às dificuldades impostas pela hidrologia desfavorável, a CEBLajeado obteve a renovação do contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, vencido em julho de 2015. O novo período contratual irá até 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão de geração. À vista da questão hídrica vivenciada, a renovação do contrato não mais alcança a totalidade do bloco de energia de titularidade da empresa na produção global da Usina Luis Eduardo Magalhães, conforme estratégia de "hedge" detalhada no item "Contexto Operacional" deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado com a CEB Distribuição, a renovação significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEBLajeado é titular.

A receita da CEBLajeado oriunda da venda de energia é complementada pelo rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na empresa Investco S.A., detentora dos ativos de geração da Usina. O ano de 2015 também foi marcado pelos significativos avanços alcançados a partir da adequação dos custos operacionais da empresa. Inicialmente, como forma de comprar e compartilhar a estrutura de negócios da Companhia, a CEBLajeado transferiu a sua sede para o complexo administrativo do Grupo CEB.

Além dessa medida e tão importante quanto, a empresa promoveu a readequação do seu quadro de recursos humanos e o encerramento do contrato de terceirizados em abril de 2015.

A Empresa

A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A energia elétrica gerada pela UHE Luis Eduardo Magalhães é comercializada no regime de produção independente, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas respectivas participações.

Em 2015, a CEBLajeado foi responsável pelo suprimento de 9,94% de toda a demanda de energia do Distrito Federal.

Contexto Econômico-Financeiro

Seguindo a trajetória de queda pronunciada em 2014, o PIB brasileiro fechou 2015 com redução de 3,8% e taxa de inflação de 10,67%. No regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central, com núcleo de 4,5% e teto de 6,5%, esse índice inflacionário configurou uma ultrapassagem de quase 65% do teto estabelecido.

A balança comercial registrou o melhor saldo em 4 anos, encerrando 2015 com superávit de US\$ 19,7 bilhões. O resultado decorreu da combinação de retração do mercado interno - gerando excedentes exportáveis -, queda do preço do petróleo e alta expressiva do câmbio. Tais fatores inibiram a importação e estimularam as exportações, produzindo saldo positivo nas transações comerciais com o exterior. Por seu turno, o setor elétrico também vivenciou um ano de grandes dificuldades. A hidrologia desfavorável, responsável por aumento do risco de déficit de geração e o inadimplemento financeiro generalizado entre agentes do setor, contribuíram fortemente para um quadro de instabilidade. A atração de capitais foi fortemente prejudicada, instaurando-se um preocupante cenário de iliquidez setorial.

Mesmo integrada a um ambiente de inúmeras dificuldades e contratempos, a CEBLajeado alcançou resultados empresariais expressivos, principalmente se comparados ao exercício de 2014, o que demonstra a robustez do conjunto de ações implantadas pela administração da empresa e a consistência na execução das estratégias comerciais da organização.

Questão Regulatória Relevante

Pleito Sobre Perdas e Custo de Transmissão

A CEBLajeado, por intermédio do escritório de advocacia Mukai Advogados Associados, ajuizou, em desfavor da ANEEL, em 2009, a Ação Ordinária nº 2009.34.00.008120.5, distribuída à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, a fim de obter, na formação da tarifa homologada naquela Agência, tratamento isonômico às demais empresas do Consórcio Lajeado, por meio da homologação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento celebrado entre a CEBLajeado e a CEB Distribuição. Por conseguinte, objetiva-se transferir àquela distribuidora o ônus do uso da rede básica de transmissão no desempenho do citado Contrato de Suprimento. Nessa ação, é pleiteada, ainda, a retroação dos efeitos à entrada em operação da Usina, ocorrida em 2001. Estima-se que o sucesso na disputa judicial poderá implicar créditos, perante a CEB Distribuição S.A., com valores superiores a R\$ 50,0 milhões.

Em 19 de outubro de 2011, o pedido foi julgado improcedente, tendo a CEBLajeado, em 15 de dezembro de 2011, interposto Recurso de Apelação, a fim de reformar a sentença e declarar nulo o ato que não homologou o referido Termo Aditivo e, consequentemente, compelir a Aneel a efetuar a homologação do Aditivo. O processo foi distribuído à Quinta Turma do TRF da 1ª Região e aguarda julgamento.

Contexto Operacional

Repetindo o exercício anterior, 2015 foi, como já ressaltado anteriormente, um ano difícil para o setor elétrico e caracterizou-se pela escassez generalizada de chuvas e intenso despacho das termelétricas, de forma a preservar os níveis dos reservatórios. Como consequência, a geração do sistema como um todo, no contexto do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, não alcançou o mínimo esperado, o que levou as empresas a buscarem soluções engenhosas para enfrentar a anomalia. Como participante desse mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico, a CEBLajeado, juntamente com as demais empresas que compõem o MRE, cedeu parte de sua geração ao sistema, a preços reduzidos (valor fixado pela Aneel), sendo obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo a valores bem superiores, de forma a honrar seu contrato de comercialização de energia com a CEB Distribuição S.A. Nessas situações de déficit sistêmico de geração, as geradoras necessitam comprar energia no Mercado de Curto Prazo para honrar seus contratos de venda. Assim, o déficit de geração provoca exposição financeira negativa ao gerador, o que se traduz em perda de oportunidade de receita com a venda de contratos.

Ressalta-se que, em geral, tal mecanismo produz resultados favoráveis para as geradoras quando o problema é localizado e não generalizado. Entretanto, quando ocorrem eventos das dimensões verificadas no biênio 2014/2015 (dificuldades de geração em praticamente todos os mercados), são inevitáveis os efeitos nefastos como os registrados nesse período.

Com o agravamento da crise e, consequentemente, o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor elétrico, a Aneel se viu obrigada a rever o preço da energia no mercado de curto prazo, reduzindo o valor teto do MWh de R\$ 822,83, em 2014, para R\$ 388,48, em 2015.

Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica frente a tais exposições negativas, mesmo com a redução de preço no mercado de curto prazo, grande parte das geradoras obteve liminares judiciais que obrigaram a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a suspender os efeitos financeiros do déficit hídrico para aqueles agentes. O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora. Nesse contexto de judicialização exacerbada, a CCEE somente conseguiu efetuar as contabilizações até o mês de agosto de 2015. Desde setembro de 2015 a contabilização e a liquidação encontram-se suspensas, aguardando a manifestação da Aneel a respeito da repactuação do risco hidrológico.

Como estratégia comercial de médio e longo prazos, a CEBLajeado optou por renovar em julho de 2015, com vigência até o término da concessão em 15 de dezembro de 2032, o contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, em vez de participar dos leilões organizados pela Aneel e correr o risco de obter preços inferiores aos atuais. Além da adoção dessa medida, a Empresa decidiu, também, reduzir o volume de energia contratada como forma de mitigar o risco proveniente de um ciclo hidrológico desfavorável dos últimos anos. Embora a receita da Companhia tenha sido levemente afetada em razão dessa redução, o custo evitado com a aquisição de energia no mercado de curto prazo compensou, significativamente, a queda no faturamento anual da CEBLajeado, pois o volume descontratado, mesmo sem ser comercializado, serviu como uma espécie de hedge para compor o déficit na geração de energia e, consequentemente, o cumprimento do contrato bilateral com a CEB Distribuição.

Gestão Econômico-Financeira

A CEBLajeado, na condição de empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a empresa integra o programa "Energia para o Desenvolvimento".

Toda energia comercializada pela CEBLajeado é produzida pela UHE Luis Eduardo Magalhães, cuja a titularidade pertence à empresa Investco S.A. Por meio de um contrato de arrendamento, 99% dos ativos de geração da Usina são arrendados às empresas CEBLajeado, Lajeado Energia e Paulista Lajeado.

O valor anual do arrendamento é projetado com base na remuneração de 8,83% sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada. O resultado encontrado é corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Decorrido o período da projeção, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é ajustar os valores projetados aos efetivamente incorridos no período. A CEBLajeado responde por 20% dessa despesa.

No exercício de 2015, a CEBLajeado obteve um lucro de R\$ 65.999 (R\$ 20.574 em 2014), que proporcionará a distribuição de R\$ 18.876 mil de juros sobre capital próprio e partes beneficiárias. A título de dividendos, o valor de R\$ 27.694 mil ficará à disposição da Assembleia Geral Ordinária - AGO, a realizar-se até o mês de abril de 2016.

O Ebitda (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das depreciações e amortizações) de 2015 foi de R\$ 67.835 mil, frente a R\$ 24.189 mil em 2014, com margem de 60,56%.

No exercício, destaca-se a redução de 72% no volume de energia adquirida no Mercado de Curto Prazo - CCEE, de R\$ 50.837 mil em 2014 para R\$ 14.467 mil em 2015.

No decorrer do exercício de 2015 e início de 2016, a CEBLajeado distribuiu para os seus acionistas R\$ 41.691 mil, entre juros sobre capital próprio, dividendos e partes beneficiárias.

Relacionamento Institucional

A CEBLajeado mantém estreito relacionamento com inúmeros órgãos, tais como Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Operador Nacional do Sistema - ONS, Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Ministério de Minas e Energia - MME, Associações de Classe, Fundações e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e consequentemente garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Companhia.

Força de Trabalho

A CEBLajeado, preocupada em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 7 profissionais.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da empresa:

COLABORADORES	
Quadro próprio	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	5
Contratados terceirizados	-
Requisitados da CEB Distribuição	2
Estagiários	-
Total geral (Força de trabalho)	7

Gestão Administrativa

A Diretoria da CEBLajeado tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no planejamento estratégico da Companhia.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2015, destacam-se:

- Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- Padronização e normatização dos procedimentos administrativos e financeiros;
- Adequação orçamentária com foco nos objetivos empresariais;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
- Reavaliação do sistema de informática com foco na melhoria empresarial;
- Renovação do contrato bilateral de compra e venda de energia;
- Distribuição total dos resultados retidos referentes aos exercícios de 2013 e 2014.

Perspectivas e Planos Futuros

A CEBLajeado dará continuidade às ações já implementadas para maximizar os seus resultados empresariais. Entre as mais importantes, destacamos:



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;
- Acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo n.º 2009.34.00.008/2015, impetrada em desfavor da Anel, com vistas à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado;
- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;

- Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar e aprimorar a força de trabalho.

Agradecimentos

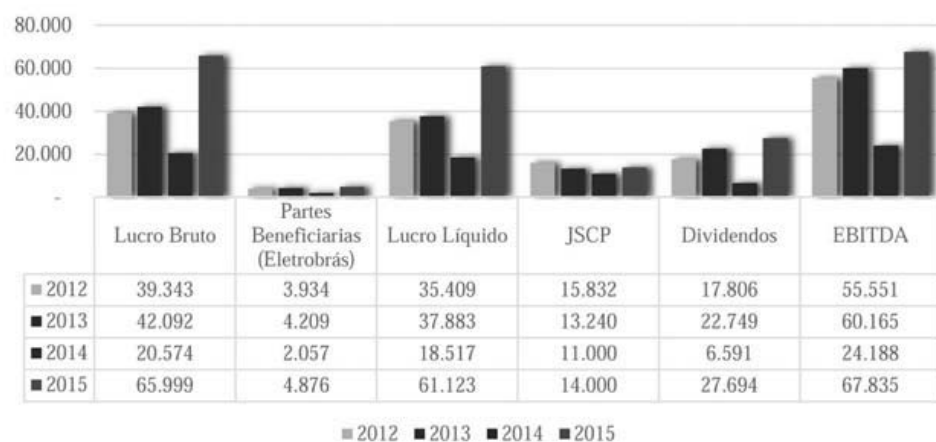
A Administração da CEBLajeado agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição, aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na empresa durante o exercício de 2015 e, em especial, aos Conselhos de

Administração e Fiscal e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir para tornar a empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

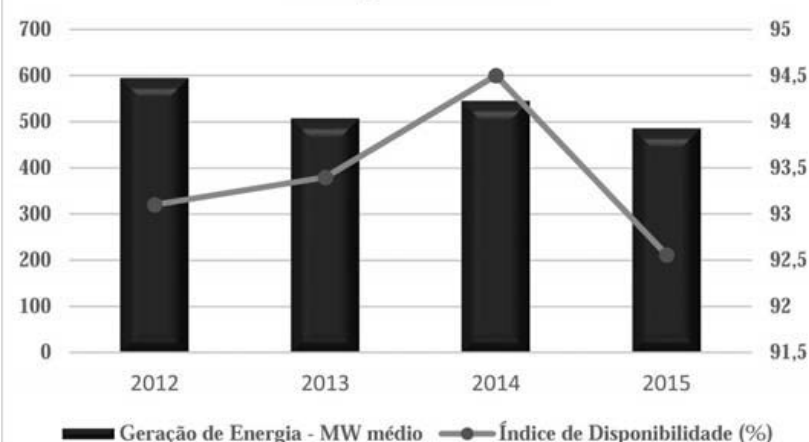
Brasília, 31 de dezembro de 2015.

A Administração

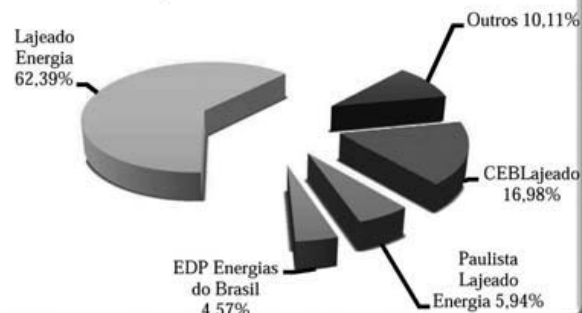
Resultados Econômicos



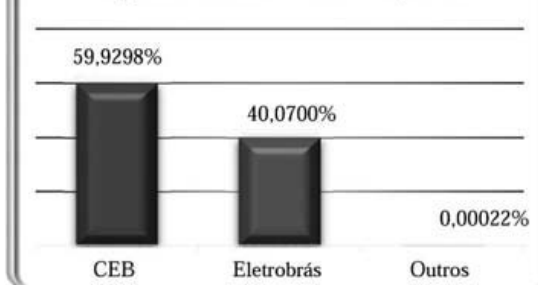
Desempenho da Usina



Capital Social - Investco



Capital Social CEBLajeado



Contrato de Concessão UHE Luis E. Magalhães



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2015

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	"31/12/2014 (Reclassificado)"		Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO				PASSIVO			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	15.869	3.252	Contas a pagar	13	5.458	12.627
Concessionários e permissionários	4	34.522	12.027	Salários e encargos sociais	14	223	301
Impostos e contribuições a recuperar	5	2.973	4.023	Obrigações tributárias	15	16.155	1.976
Caução em garantia CCEE	6	-	8.028	Obrigações com acionistas	16	18.834	23.807
Juros sobre capital próprio	7	6.051	7.291	Pesquisa e desenvolvimento	17	4.519	4.021
Serviço em curso P&D	8	3.676	3.439	Outras obrigações	18	675	999
Outros créditos	10	-	11			45.864	43.731
		63.091	38.071				
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Realizável a Longo Prazo				Capital social			
Tributos diferidos	25	147	-	Capital social	19	145.656	145.656
Títulos a receber - Investco S.A	9	1.137	1.146	Reserva de capital		151.225	151.225
Repactuação do Risco Hidrológico	1.5	16.086	-	Reserva de lucros		54.803	33.293
Outros créditos	10	1.128	495	Outros resultados abrangentes		71	44
		18.498	1.641			351.755	330.218
Investimentos	11	215.817	228.118				
Imobilizado		136	155				
Intangível	12	100.077	105.964				
		334.528	335.878				
Total do Ativo		397.619	373.949	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		397.619	373.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	20	112.016	117.966
Custo com energia elétrica e operação	21	(55.653)	(108.246)
Lucro operacional bruto		56.363	9.720
Receitas / (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(2.540)	(4.052)
Amortização de ágio	12	(5.887)	(5.887)
Resultado de equivalência patrimonial	11	13.993	18.506
		5.566	8.567
Resultado antes do resultado financeiro		61.929	18.287
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		5.149	5.608
Despesas financeiras		(1.079)	(540)
		4.070	5.068
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e participações		65.999	23.355
Imposto de renda e contribuição social	24		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.382)	(2.781)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		147	-
		(17.235)	(2.781)
Partes beneficiárias	16	(4.876)	(2.057)
Lucro líquido do exercício		43.888	18.517
Lucro básico e diluído por ação		0,3207	0,1353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	145.656	151.225	30.833	32.244	10	-	359.968
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.517	18.517
Outros resultados abrangentes:							
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	34	-	34
Operações com Acionistas:							
Dividendos Aprovado para Pagamento - AGO - 30/04/2014	-	-	(17.806)	-	-	-	(17.806)
Dividendos Adicionais Propostos - AGO - 30/04/2014	-	-	-	(19.495)	-	-	(19.495)
Dividendos adicionais propostos destinados à reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	12.749	(12.749)	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos do Exercício	-	-	-	6.591	-	(6.591)	-
Juros sobre Capital Próprio Creditado	-	-	-	-	-	(11.000)	(11.000)
Movimentações internas:							
Constituição de reserva legal	-	-	926	-	-	(926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	145.656	151.225	26.702	6.591	44	-	330.218
Resultado Abrangente Total:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	43.888	43.888
Outros resultados abrangentes:							
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	27	-	27
Operações com acionistas:							
Dividendos adicionais propostos destinados à reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	6.591	(6.591)	-	-	-
Dividendos pagos no exercício	-	-	(8.378)	-	-	-	(8.378)
Dividendos adicionais propostos no exercício	-	-	-	27.694	-	(27.694)	-
Juros sobre capital próprio creditados	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Movimentações internas:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	2.194	-	-	(2.194)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	145.656	151.225	27.109	27.694	71	-	351.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2015	31/12/2014
1 - Receitas		
Venda de Energia Elétrica	124.659	131.290
	124.659	131.290
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	1.027	2.463
Material	6	8
Operações com energia elétrica (CCEE)	14.467	51.818
Repactuação do risco hidrológico	(16.086)	-
Custo de uso da rede de transmissão	10.532	10.790
Recursos hídricos	4.384	5.084
Outros custos operacionais	12	74
	14.342	70.237
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	110.317	61.053
4 - Retenções		
Depreciação	20	17
Amortização	5.887	5.887
	5.907	5.904
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	104.410	55.149
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.149	5.608
Equivalência patrimonial	13.993	18.506
	19.142	24.114
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	123.552	79.263
Pessoal e encargos	1.365	1.175
Impostos, taxas e contribuições	30.436	16.587
Arrendamento, alugueis e juros	42.987	40.927
Remuneração de capitais próprios	46.570	19.648
Retenção de lucros	2.194	926
8 - Valor adicionado total distribuído	123.552	79.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2015	31/12/2014
Atividades operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	113.030	129.800
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	850	2.224
Liberação de garantia - CCEE	8.179	-
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	26.757	12.506
Outras	27	67
	148.843	144.597
Saídas:		
Pagamento de arrendamento	(45.958)	(44.061)
Energia elétrica comprada para revenda	(31.020)	(44.351)
Custo uso do sistema de transmissão	(11.632)	(11.886)
Fornecedores de materiais e serviços	(375)	(500)
Salários, remuneração e encargos	(1.920)	(2.398)
Recursos hídricos	(4.711)	(4.963)
Doações, contribuições e subvenções	(140)	(134)
Pagamento de despesas financeira	(24)	(9)
Pagamento de impostos	(7.480)	(19.993)
Constituição de garantia - CCEE	-	(2.410)
Depósitos judiciais	(762)	-
Outros	(1.401)	(2.360)
	(105.423)	(133.065)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	43.420	11.532
Atividades de investimento		
Entradas/Saída:		
Aquisição de imobilizado	-	(148)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(148)
Atividades de financiamentos		
Saídas:		
Pagamento de dividendos	(30.803)	(40.365)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(30.803)	(40.365)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	12.617	(28.981)
Saldo de caixa no início do período	3.252	32.233
Saldo de caixa no final do período	15.869	3.252
	12.617	(28.981)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	43.888	18.517
Outros resultados abrangentes		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas	27	34
Resultado abrangente total	43.915	18.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Contexto Operacional
1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. ("CEBLajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília - CEB, que é coligada de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Esta lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília-DF no endereço SIA - Área de Serviços Públicos Lote "C" Bloco "M". A CEBLajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, para o que poderá participar da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

1.2 - Participação societária

A CEBLajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída para administrar a UHE Luis Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93.

1.3 - Concessões

A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.
A concessão da UHE Luis Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEBLajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente pelos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luis Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias, e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEBLajeado.

A UHE Luis Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e energia assegurada 823,3 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877,660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a produção de energia seja inferior a quantidade de energia contratada, as Concessionárias deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. Reciprocamente, as Concessionárias serão ressarcidas da mesma forma, caso a produção seja superior à energia contratada. A partir de 2016 valerá os termos da Lei 13.203/15, conforme detalhado abaixo no item 1.5.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001, no montante de 884.758,2 MWh/ano. Em 30 de dezembro de 2014 foi assinado o nono termo aditivo ao contrato bilateral de compra e venda de energia estipulando a sua prorrogação até o prazo limite da concessão de CEBLajeado (15 de dezembro de 2032). É importante destacar que em 2015 e 2016 o volume contratado foi reduzido em 11,02% passando para 796.949,79 MWh/ano. Para o restante dos anos de vigência do contrato, o montante será de 823.822,53 MWh/ano, o que representa uma redução de 7,4% em relação ao valor do contrato original. A adoção dessa medida teve como objetivo reduzir a exposição da CEBLajeado no Mercado de Curto Prazo, e, caso houvesse excedente de energia, realizar a sua venda pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

1.4 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.5 - Repactuação do risco hidrológico

Nos anos de 2014 e 2015, os geradores hidrelétricos observaram a ocorrência de elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo (MCP) de energia em função do déficit hidrológico. Em determinadas situações, quando a geração de todas as usinas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE for inferior ao somatório do valor a ser gerado, pactuado por cada uma delas, este déficit de geração deve ser distribuído de maneira proporcional para cada gerador.

Nestas situações de déficit de geração sistêmico, as geradoras necessitam comprar energia no MCP para honrar seus contratos de venda. Diante de contínuas e expressivas exposições negativas, em julho de 2015 a CEBLajeado obteve liminar judicial que obrigou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a suspender os efeitos financeiros do déficit hídrico, em razão da não aplicação do Ajuste do déficit hídrico (GSF) e da proteção ao rateio da inadimplência a partir da contabilização de junho de 2015. Em outubro, nova decisão judicial ratificou a não aplicação do GSF e do rateio independente do mês da contabilização.

O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora, o que levou a suspensão da liquidação financeira do MCP de setembro de 2015.

Como forma de solucionar a questão, em 18 de agosto de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 688, que buscou estabelecer os pilares para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica. A Medida provisória, convertida na Lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco do negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico. Para tanto, foi fixado a data de 15/01/2016 como prazo limite para os acordos e a desistência das liminares.

Conforme a Resolução ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015 que veio regulamentar a referida lei, os termos do acordo de repactuação ofertados para os geradores hidrelétricos que possuem contratos de energia firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como a CEBLajeado, é baseado na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Em contrapartida, os geradores hidrelétricos devem retirar as ações judiciais que questionam a aplicação do GSF, além de renunciar o direito de demandar este assunto no Poder Judiciário.

Para os empreendimentos detentores de contratos de venda de energia firmados no ACR, a ANEEL ofereceu um conjunto de 25 opções distintas de transferência total ou parcial do risco hidrológico ao consumidor, com valores proporcionais de prêmio pelo risco que variam de 100% a 89%, com efeitos a partir de janeiro de 2016. São eles:

- Classe P, na qual o gerador permanece com a propriedade da energia secundária;
- Classe SP, na qual a energia secundária é transferida ao consumidor;
- Classe SPR, na qual, além da energia secundária, o gerador transfere ao consumidor o risco de redução de Garantia Física.

Visando subsidiar a decisão quanto à viabilidade da repactuação para a CEBLajeado, foram realizadas análises técnicas com base nas simulações de distintos cenários de déficit de geração (GSF) e de preço da energia no Mercado de Curto Prazo (PLD).

Para cada produto foram feitas 2000 simulações e calculados os Valores Presentes Líquidos (VPL) da empresa geradora, considerando tanto a possibilidade de repactuação do risco hidrológico como a de não repactuação. A partir desses resultados, foi traçado uma distribuição de probabilidades, onde foram comparados os resultados com e sem a adesão à proposta.

Para a CEBLajeado, o produto SP90 foi o que apresentou as melhores condições entre ganho, perda e valor do risco.

A decisão da Diretoria da Companhia por esse produto foi devidamente aprovada pelo seu Conselho de Administração e, em seguida, ratificada pelo Conselho de Administração da CEB HOLDING.

O ressarcimento dos valores liquidados em 2015 ocorrerá por meio da postergação do pagamento do prêmio durante a vigência do contrato de venda. Assim, enquanto o agente tiver valores a serem ressarcidos referentes ao ano de 2015, este deixará de pagar o prêmio pelo risco até a amortização total desse ativo regulatório.

A ANEEL ao analisar o processo para anuência constatou a existência de conflito entre os produtos escolhidos pelos detentores da outorga da Usina, empresas do "Consórcio Lajeado". A escolha do produto SP90 possibilitava a extensão da outorga para amortização do ativo constituído em 2015 enquanto o produto SP92, selecionado pela Investco e Lajeado Energia, esgota o ativo em 13 anos e 3 meses (Anexo II-REN 684/2015-ANEEL) e o produto SP100 selecionado pela Paulista Lajeado esgota em 4 anos e 6 meses.

Todas as empresas que exploram a outorga da usina hidrelétrica devem escolher entre o conjunto de produtos que oferecem a extensão ou entre o conjunto de produtos que não oferecem a extensão da outorga. Esta condição para repactuação não consta da REN 684/2015-ANEEL e nem da Lei 13.203/2015, porém torna-se necessária a aderência das empresas a essa premissa.

Tanto no produto SP90 como no SP91, a amortização do ativo regulatório se dará além do prazo de concessão do empreendimento, sendo, portanto, necessária a sua postergação até a quitação total do valor. Já para o produto SP 92 esse montante será amortizado dentro do período de concessão da Usina.

Por meio dos estudos já relatados anteriormente, a escolha do produto mais adequado depende do nível de aversão ao risco do agente e a opção para os produtos da classe SP é preferível ao cenário de não repactuação. Os produtos SP90, SP91 e SP92 demonstraram ser os mais vantajosos para CEBLajeado.

Com a alteração do produto SP90 para SP92, a CEBLajeado ficará mais protegida dos efeitos do GSF, com fator F igual a 8, o que representa uma proteção a partir de 8% sempre que houver uma variação do GSF acima desse percentual, porém, o valor pago com prêmio de risco unitário (RS/MWh) será elevado.

A escolha do produto SP92 pela CEBLajeado constituiu-se a melhor opção para resolver a questão apontada pela ANEEL.

O quadro a seguir mostra as principais diferenças entre os melhores produtos para a CEBLajeado:

Produtor	Opções de risco (gerador)	Cenários Favoráveis	Ganho RSM (Custo Evitado)	Perda RS MM (Arrependimento)	Valor do Risco em RSM (VaR 5%)	Prêmio de risco (RS/MWh)	Resultados a serem ressarcidos (referentes a 2015 - RSM)	Prazo de postergação do pagamento do prêmio
SP 90	10%	49,1%	32,20	-11,55	1,64	1,25	13,33	Não paga o prêmio
SP 91	9%	40,8%	31,39	-14,87	0,84	2,00	14,55	17 anos e 3 meses
SP 92	8%	37,9%	31,84	-17,01	1,30	2,50	16,09	13 anos e 3 meses

Obs: o prazo de concessão da outorga de Lajeado é de 16 anos ao final de 2015.

Como contrapartida ao ressarcimento da energia de 2015, a CEBLajeado apurou um direito de R\$16.086, apurados com base no Anexo II da Resolução Normativa da ANEEL nº 684/15 para o produto SP92, que fará jus ao montante do prêmio de seguro futuro que deixará de ser pago pela Companhia até 1º de abril de 2029. Este ativo será amortizado linearmente a partir de janeiro de 2016.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 - Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em consonância com as práticas adotadas pelo seu sócio controlador, que é uma companhia aberta, também são aplicadas as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R1). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa 32.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBLajeado avaliou os eventos subsequentes até 09 de março de 2016, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluir que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 12).

(v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2015, mas não tem sido relevantes ao longo dos anos, tendo em vista o conhecimento acumulado do corpo técnico da CEBLajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota 3).



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

2.6 - Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria são consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota 3).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de valores mobiliários até o vencimento. Tais ativos financeiros são classificados e mantidos até o vencimento. Os investimentos são preservados até o vencimento e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia tem registro Títulos a Receber - Investco S.A. (Nota 9).

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota 3) e Concessionária e Permissonárias (Nota 4).

(ii) Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar os ativos e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.8 - Concessionária e permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4).

2.9 - Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.10 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A taxa de depreciação para o Imobilizado é de 10% ao ano, conforme preceitua a Resolução da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

2.11 - Intangível

A Companhia classifica neste grupo o direito de exploração da concessão da usina (Goodwill gerado na reestruturação societária da Investco S.A.). É constituído pelo valor do ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, deduzido da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota 12).

2.12 - Redução ao valor recuperável de ativos

O saldo de investimentos e intangível (goodwill) são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2015.

2.13 - Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar (Nota 13) e obrigações com acionistas (Nota 16).

2.14 - Contas a pagar

O valor do contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEBLajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota 13).

2.15 - Obrigações tributárias

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda e contribuição social sobre lucros são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no Ativo.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar.

2.16 - Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

2.17 - Participações estatutárias

Alienação de partes beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima, definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

2.18 - Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.19 - Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota 19.1).

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.20 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 19.3).

2.21 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 19.2).

2.22 - Reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído

Constituída de acordo com § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76 e § 1º do art. 35 do Estatuto Social (Nota 19.3).

2.23 - Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes:

- de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador;
- de ser provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e
- de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado CEB Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.24 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.25 - Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em 2015 a Companhia realizou uma nova análise sobre a classificação contábil da caução em garantia CCEE, registrado em 31 de dezembro de 2014 no ativo não circulante, e concluiu que a melhor classificação, segundo o nível de liquidez, seria no Ativo Circulante. Dessa forma, para manter o critério de comparabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia está reapresentando o ativo do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014 considerando este saldo como Ativo Circulante. Não há nenhum impacto no Passivo, Patrimônio Líquido, Demonstrações do Resultado, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para o exercício findo naquela data em função desta reclassificação.

2.26 - Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2016.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa rotativo	1	1
Banco de Brasília - BRB	2	1
Banco Itaú	4	-
Banco de Brasília - BRB - aplicação financeira	15.862	3.250
Total	15.869	3.252

4 - Concessionários e permissionários

	31/12/2015	31/12/2014
CEB Distribuição S.A.	23.829	11.912
Câmara de comercialização de energia elétrica	10.693	115
Total	34.522	12.027

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 3, 13 e 23 do mês posterior ao da venda de energia. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R\$ 9.760 mil referentes ao faturamento de dezembro a vencer em janeiro de 2016 e de R\$ 14.069 mil referente às parcelas vencidas em julho e novembro de 2015, acrescidas de correção monetária pelo índice IGP-M, multa e juros estabelecidos contratualmente. A Administração da CEBLajeado está em negociação com a CEB Distribuição para a quitação das parcelas vencidas e julgou não ser necessária o reconhecimento de nenhuma perda sobre este recebível.

5 - Impostos e contribuições a recuperar

Referem-se atributos compensáveis futuramente, atualizados até a data do balanço, conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS a recuperar	2.969	4.020
Outros impostos	4	3
Total	2.973	4.023



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

6 - Caução em garantia - CCEE

O saldo de R\$8.028 mil em 31 de dezembro de 2014 representava a garantia financeira requerida pela CCEE para realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo no mês subsequente, sendo os recursos mantidos em aplicações financeiras no banco Bradesco até a sua efetiva liquidação, conforme definição estabelecida pelo referido órgão de Comercialização. Em 31 de dezembro de 2015, a CCEE informou à CEBLajeado que não haveria necessidade de depositar a garantia financeira pois, em vez de pagar, a Companhia teria valores a receber quando houver a liquidação financeira oriunda do MCP.

7 - Juros Sobre capital próprio - JSCP

O saldo de R\$ 6.051 registrado em 31 de dezembro de 2015 refere-se aos Juros sobre Capital Próprio creditado no exercício de 2015 pela coligada Investco, líquido do imposto de renda de 15% conforme definido na legislação.

- Serviço em curso-P&D

O saldo de R\$ 3.676 mil em 31/12/2015 (R\$3.439 mil - 31/12/2014) corresponde ao montante desembolsado pela Companhia até a data do balanço em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, contabilizados no ativo circulante até a conclusão e análise por parte da ANEEL. Posteriormente, os valores contabilizados em P&D serão baixados contra a provisão reconhecida no passivo quando da sua finalização.

Os projetos são executados conjuntamente com a coligada Investco, que é a empresa responsável perante à ANEEL por esses projetos.

A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita Operacional Líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando, mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R\$ 4.519 mil (R\$4.021 mil - 31/12/2014). Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC. O programa de P&D está regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12.

8 - Títulos a receber

O saldo de R\$ 1.137 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.146 mil - 31/12/2014), corresponde ao dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente na data do balanço, conforme regulamentado pelo artigo 8º do Estatuto Social da Investco.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG39(R1), por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato de constituir um ativo estatutário da CEBLajeado oriundo da participação na Investco.

A estimativa de valor justo desse ativo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a. e pode ser demonstrado pelos seguintes valores:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos a receber - INVESTCO	2.460	2.460
(-) Ajuste a valor presente	(1.323)	(1.314)
Total	1.137	1.146

9 - Outros créditos

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais	1.128	367
Crédito CNPC 03	-	128
Adiantamento a empregado	-	11
Total	1.128	506
Circulante	-	11
Não circulante	1.128	495

10 - Investimentos - Participações societárias permanentes

A CEBLajeado possui participação na empresa Investco S.A., classificada como coligada, pelo fato de possuir influência significativa na investida, refletida em uma participação de 20% de suas ações ordinárias, além de possuir o direito pela indicação de um Conselheiro e um Diretor. Nessas condições, considerando ser um investimento relevante, este é avaliado pelo método de equivalência patrimonial por meio da participação proporcional da CEBLajeado no Patrimônio líquido da Investco, apurado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, considerando que, além da participação nas ações ordinárias, a Companhia participa em 20% das Ações preferenciais classe "R".

O capital social da Investco é de R\$ 961.794 mil, totalmente subscrito e dividido em 786.406.270 ações nominativas sem valor nominal. A segregação das ações por classe e a respectiva participação da CEBLajeado pode ser assim demonstrada:

	Quant. Ações Investco	% CEBLajeado	Quant. Ações CEBLajeado
Ações ordinárias	402.202	20,00%	80.440
Ações preferenciais classe "R"	255.560	20,00%	51.112
Ações preferenciais classe "C"	107.199	0,00%	-
Ações preferenciais classe "B"	5.156	20,00%	1.031
Ações preferenciais classe "A"	16.289	6,02%	980
Total	786.406	16,98%	133.563

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 a participação da CEBLajeado no capital social da Investco é de 16,98%. Cada ação ordinária tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito a voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais gozam dos seguintes direitos:

- Ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social;

- Ações preferenciais classe "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
 - Ações preferenciais classe "B": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
 - Ações preferenciais classe "A": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia;
 - Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.
- Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9, as ações preferenciais de classes "A" e "B" detidas pelas CEBLajeado são consideradas ativos financeiros e, conseqüentemente, não são reconhecidas como Investimentos.

Os principais números da Investco em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são:

	31/12/2015	31/12/2014
Total Ativo Circulante	83.065	109.093
Ativo não Circulante	1.217.821	1.253.763
Outros	1.648	483
Imobilizado	1.201.996	1.228.493
Intangível	14.177	24.787
TOTAL ATIVO	1.300.886	1.362.856

	31/12/2015	31/12/2014
Total Passivo	221.803	222.268
Patrimônio Líquido	1.009.543	1.048.056
Resultado do período	69.540	92.532
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO	1.300.886	1.362.856

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seu Investimento e do ágio relacionado a este ativo (Nota 12) em 31 de dezembro de 2015. A CEBLajeado faz anualmente uma avaliação do valor do investimento com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para impairment.

A movimentação do Investimento para o ano findo em 31 de dezembro de 2015 e para o ano de 2014 é a seguinte:

	31/12/2013	223.243
Equivalência patrimonial		18.506
Dividendos recebidos		(5.222)
JSCP creditados		(8.443)
Outros resultados abrangentes		34
Saldo em 31/12/2014	228.118	
Equivalência patrimonial		13.993
Dividendos recebidos		(19.318)
JSCP creditados		(7.003)
Outros resultados abrangentes		27
Saldo em 31/12/2015	215.817	

As demonstrações financeiras da Investco referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem ressalva datada de 01 de março de 2016.

11 - Intangível

Refere-se ao ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, na qual adquiriu da Eletrobrás 46.890.423 ações preferenciais classe "R" da Investco, representativas de 7,50% do capital total da investida. O valor negociado foi de R\$ 213.452 mil, pagos à Eletrobrás da seguinte forma:

- 54.835.800 ações preferenciais da própria CEBLajeado, emitidas ao preço de R\$ 1,134788 por ação, totalizando R\$ 62.227 mil, representando 40,07% do capital social da Companhia; e
- 10.000 (dez mil) partes beneficiárias ao valor de R\$ 151.225, registrado como Reserva de Capital na CEBLajeado, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia e deverão ser conversíveis em ações preferenciais em 31 de outubro de 2032. Dessa forma, do montante pago pelas ações de R\$ 213.452 mil, R\$ 54.506 mil representavam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida e, conseqüentemente, foram reconhecidos como Investimento na CEBLajeado. A diferença entre o valor pago R\$ 213.452 mil e o valor patrimonial de R\$ 54.506 mil resultou em um ágio de R\$ 158.946 mil, classificado como Intangível, que está sendo amortizado linearmente desde janeiro de 2006 até dezembro de 2032, data do fim da concessão, resultando em uma amortização anual de R\$ 5.887.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 pode ser assim demonstrado:

	31/12/2015	31/12/2014
Ágio	158.946	158.946
Amortização acumulada	(58.869)	(52.982)
Saldo líquido	100.077	105.964

A movimentação do Intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o ano de 2014 é como segue:

	31/12/2013	111.851
Saldo líquido em 31/12/2013		111.851
Amortização		(5.887)
Saldo líquido em 31/12/2014	105.964	
Amortização		(5.887)
Saldo líquido em 31/12/2015	100.077	

12 - Contas a pagar

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado.

	31/12/2015	31/12/2014
Energia comprada - CCEE	431	7.684
Arrendamento - Investco S.A.	3.843	3.685
Encargos de uso do sistema de transmissão	1.172	1.223
Fornecedores de serviços	12	35
Total	5.458	12.627

12.1 - Energia comprada - CCEE: Energia negociada no âmbito da CCEE. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era composto por R\$ 431 referentes ao valor da estimativa contábil da competência do mês de dezembro de 2015.

12.2 - Arrendamento - Investco S.A.: Refere-se ao arrendamento a pagar à Investco da competência de dezembro de 2015, referente à utilização do seu ativo imobilizado para geração de energia comercializada pela CEBLajeado, conforme mencionado na Nota explicativa 1.3. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente para ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

12.3 - Encargos de uso do sistema de transmissão: Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

13 - Salários e encargos sociais

	31/12/2015	31/12/2014
Folha de pagamento	79	99
Pessoal cedido	80	130
Provisão 13º e férias	64	72
Total	223	301

14 - Obrigações tributárias

Estão representados pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL a Pagar	12.789	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	2.100	1.650
PIS a recolher	221	56
COFINS a recolher	1.040	256
Outros tributos a recolher	5	15
Total	16.155	1.976

O valor de IRPJ e CSLL a pagar refere-se à apuração considerando o ajuste anual do exercício de 2015, líquido das compensações.

15 - Obrigações com acionistas

	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre o capital próprio - CEB Holding	6.655	5.229
Juros sobre o capital próprio - Eletrobrás	5.245	4.121
Subtotal	11.900	9.350
Dividendos - CEB Holding	-	6.948
Dividendos - Eletrobrás	-	5.452
Subtotal	-	12.400
Partes beneficiárias - Eletrobrás	6.934	2.057
Total	18.834	23.807

Os juros sobre o capital próprio - JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJLP sobre o patrimônio líquido de 2015, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL.

As partes beneficiárias conferem aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76 e será devida e paga na mesma data em que forem devidos e pagos os dividendos anuais ou juros sobre o capital próprio atribuídos aos acionistas da Companhia.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014 é referente ao saldo de dividendos declarados em 2014 que foi integralmente liquidado em 2015.

Adicionalmente, os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no Patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da Assembleia Geral, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08.

16 - Pesquisa e Desenvolvimento

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	70	82
Ministério das Minas e Energia	35	41
Recursos em poder da empresa	4.414	3.898
Total	4.519	4.021

17 - Outras obrigações

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de fiscalização ANEEL	34	28
Compensação financeira utilização recursos hídricos	630	956
Outros credores	11	15
Total	675	999



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

18 - Patrimônio líquido

18.1 - Capital social

O capital social da CEBLajeado é de R\$145.656 mil, totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEB Holding	82.013.911	100,0	-	-	82.013.911	59,93
Eletrobrás	-	-	54.835.800	100,0	54.835.800	40,07
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	-
Sérgio Feijão	-	-	2	-	2	-
Total	82.013.911	100,0	54.836.102	100,0	136.850.013	100,0

As ações têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado entre a CEBLajeado e a Eletrobrás prevê:

- Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;
- Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos;
- As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:
 - 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
 - uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976;
 - serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, do estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (Artigo 35, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
 - importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76.
- No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

18.2 - Reserva de capital

Refere-se à alienação de 10.000 partes beneficiárias à Eletrobrás ao valor total de R\$ 151.225, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

18.3 - Reserva de lucros

O saldo pode ser assim detalhado:

	31/12/2015	31/12/2014
Reserva legal	16.147	13.953
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	10.962	12.749
Dividendos adicionais propostos	27.694	6.591
Total	54.803	33.293

18.3.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.

18.3.2 - Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos

A Reserva especial foi constituída em conformidade com art. 202 §4º e 5º da Lei 6.404/76 e suas alterações, que dispõem que o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social quando os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros não distribuídos nesta situação são registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

18.3.3 - Dividendos adicionais propostos

No exercício de 2015 foi realizada a constituição de R\$ 27.694 corresponde a valor acima do dividendo mínimo obrigatório. Este valor foi mantido no Patrimônio líquido, conforme deter-

mina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08, em conta específica at a deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

18.4 - Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de reserva reflexa de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco.

18.5 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	43.888
Reserva legal	(2.194)
Lucro líquido ajustado	41.694
Remuneração:	
Dividendo mínimo obrigatório	10.423
Dividendos adicionais	31.270
	41.694
Natureza:	
Juros sobre capital próprio	14.000
Dividendos	27.694
Total Bruto	41.694
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	(2.100)
Total líquido do IRRF s/ JSCP	39.594
Remuneração total por ação:	0,2893

19 - Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta		
Venda de energia elétrica - CEB Distribuição S.A	121.343	127.578
Energia de curto prazo - CCEE	3.316	3.712
	124.659	131.290
(-) Deduções da receita		
PIS / COFINS	(11.531)	(12.144)
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.112)	(1.180)
	(12.643)	(13.324)
Receita operacional líquida	112.016	117.966

20 - Custo com energia elétrica e operação

	31/12/2015	31/12/2014
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	14.467
Repactuação do risco hidrológico	21.2	(16.086)
Arrendamento Investco S.A.	21.3	41.850
Custo uso do sistema de transmissão	10.532	10.790
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	4.384	5.084
Taxa de fiscalização	414	336
Contribuição compulsória CCEE	92	87
Total	55.653	108.246

20.1 - Energia elétrica comprada para revenda: A redução desta despesa em R\$ 37.351 no exercício de 2015 em comparação ao mesmo período de 2014 foi consequência do regime pluviométrico atípico registrado no Brasil neste ano, principalmente no terceiro trimestre de 2014, que gerou para a Companhia uma despesa no montante de R\$ 51.818 naquele período, já incluído nesse valor os encargos com energia de curto prazo. Adicionalmente, existem outros fatores que corroboraram para esta ocorrência como a redução do teto do PLD de R\$822,83/MWh praticados em 2014 para R\$388,04/MWh em 2015.

20.2 - Repactuação do risco hidrológico: O valor de R\$16.086 refere-se a contrapartida instituída pela Resolução ANEEL 684/15 para a repactuação do risco hidrológico. O valor foi registrado como redutora da despesa e não como receita uma vez que a sua essência é fazer frente ao montante de energia do ano de 2015 arcado pelo Gerador, conforme detalhado na Nota 1.5

20.3 - Arrendamento Investco S/A: Despesa relativa ao arrendamento dos ativos da UHE Luis Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na explicativa 13.2.

21 - Despesas gerais e administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	1.365	1.174
Serviços de terceiros	1.027	2.463
Aluguéis	58	257
Contribuição sindical patronal	48	45
Depreciação	20	17
Despesas diversas	12	73
Material	6	8
IPTU	4	14
Doações	-	1
Total	2.540	4.052

A redução da despesa de serviços de terceiros em aproximadamente R\$ 1.436 no exercício de 2015 em comparação ao mesmo período do ano anterior foi consequência de redução do quadro de pessoal (Emprego em Comissão) ocorrido pela adoção de medidas estabelecidas pela Administração com objetivo de redução de custos.

22 - Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(224)	(160)
Ajuste a valor presente	(74)	(74)
Varição monetária	(779)	(184)
Multa moratória	(2)	(122)
Subtotal	(1.079)	(540)
Receita financeira		
Receita financeira sobre aplicação financeira	1.100	2.787
Atualização financeira	939	(1.121)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebido	265	197
Juros e multa	2.038	537
Exposição financeira CCEE	-	2.961
Outras receitas financeiras	807	247
Subtotal	5.149	5.608
Resultado financeiro líquido	4.071	5.068

23 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	65.998	65.998	23.355	23.355
Adições permanentes				
Amortização	5.887	5.887	5.887	5.887
Gratificação de diretores	37	37	33	33
JSCP creditados - Coligadas	7.119	7.119	8.578	8.578
AVP dividendos ações preferenciais	74	74	74	74
	13.117	13.117	14.572	14.572
Adições temporárias				
Provisão MCP-CCEE	431	431	-	-
Exclusões permanentes				
Resultado equivalência patrimonial	(13.993)	(13.993)	(18.506)	(18.506)
JSCP creditados no exercício	(14.000)	(14.000)	(11.000)	(11.000)
Dividendos recebidos	(149)	(149)	(64)	(64)
JSCP creditados	(116)	(116)	-	-
AVP ações preferenciais	(65)	(65)	(60)	(60)
	(28.323)	(28.323)	(29.629)	(29.629)
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente	51.223	51.223	8.298	8.298
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Adicional (lucro superior a R\$ 240 mil no período)	10%	0%	10%	0%
Despesa IRPJ e CSLL	12.772	4.610	2.034	747
Taxa efetiva	19,4%	7,0%	8,7%	3,2%
IRPJ e CSLL correntes		17.382		2.781
IRPJ e CSLL diferidos		147		-

O saldo de R\$147 reconhecido no resultado e no ativo refere-se ao reconhecimento de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos na base de 34% sobre a adição temporária relativa à provisão MCP - CCEE, de R\$ 431, conforme acima, que se tornará dedutível no futuro.

24 - Remuneração dos administradores

24.1 - Remuneração e encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria

O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, sendo 2 (dois) deles, e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Companhia, e 1 (um) deles, e seu respectivo suplente, eleito pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Companhia. A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração é fixada pela Assembleia Geral da CEBLajeado.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEBLajeado, que fixará a respectiva remuneração, observando os limites legais.

A Diretoria composta por 3 (três) membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral e um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral.

O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 688 (R\$ 656 até 31 de dezembro de 2014).

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração	76	85	437
Gratificação			91
Encargos sociais	13	17	159
Previdência privada			1
Total	89	102	688
Número de membros	3	3	2



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

25 - Partes relacionadas

Partes Relacionadas	Período Transação	Preço Praticado em MWh	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Concessionárias					
a) Venda energia elétrica	CEB Distribuição	27.11.01 a 15.12.32	156,81	19.687	121.343
b) Encargos sobre energia	CEB DISTRIBUIÇÃO			4.142	
Participação Societária					
c) Título a receber	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33		1.137	265
d) Investimento	INVESTCO		215.817		13.993
Obrigações c/Acionistas					
e) Dividendos Declarados	CEB HOLDING	31.12.15			(380)
f) Dividendos Declarados	ELETOBRAS	31.12.15			(296)
g) Juros s/ capital próprio	CEB HOLDING	31.12.15		6.655	
h) Juros s/ capital próprio	ELETOBRAS	31.12.15		5.245	
i) Partes beneficiárias	ELETOBRAS	31.12.15		6.934	(4.876)
Contas a Pagar					
j) Arrendamento	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33		3.843	(41.850)
k) Pessoal cedido	CEB DISTRIBUIÇÃO	01.01.15 a 31.12.15		80	
Partes relacionadas					
l) Ágio Eletrobrás	ELETOBRAS		100.077		(5.887)

- a) Representa os valores a receber vencidos e a vencer em 31 de dezembro de 2015 e os valores faturados durante o exercício de 2015 referente ao contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição mencionado na Nota explicativa 4.
- b) Representa encargos a receber sobre a venda de energia à CEB Distribuição, em função dos atrasos nos pagamentos das parcelas pactuadas, apurados conforme critérios definidos contratualmente entre as partes.
- c) Representa os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, ajustada a valor justo, conforme detalhado na Nota explicativa 9.
- d) Representa o saldo do investimento da CEBLajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período.
- e) Referem-se à atualização monetária dos dividendos declarados a pagar ao acionista controlador.
- f) Referem-se à atualização monetária dos dividendos declarados a pagar ao acionista Eletrobrás.
- g) Referem-se aos juros sobre o capital próprio a pagar ao acionista controlador.
- h) Referem-se aos juros sobre o capital próprio a pagar ao acionista Eletrobrás.
- i) Referem-se às partes beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobrás.
- j) Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEBLajeado e Investco, conforme demonstrado na Nota explicativa 13.2.
- k) Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.
- l) Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na Nota explicativa 11, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

26 - Passivos contingentes

26.1 - Contingências fiscais

A Companhia possui processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620, cuja perda foi estimada como possível baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras. Os processos administrativos fiscais referem-se a créditos tributários compensados por meio de Declaração de Compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEBLajeado, por meio de escritório de advocacia contratado, apresentou recursos com o objetivo de requerer o reconhecimento do direito de compensação desses créditos tributários.

27.2 - Contingências cíveis

a) Resolução CNPE 03/2013

O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNCP nº 03/2013 modificando a sistemática do rateio do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, com o intuito de resguardar o risco de segurança energética, alterando a forma de rateio do custo do despacho adicional das usinas termelétricas em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, incluindo todos os custos para os agentes de mercado, deixando de ser arcado exclusivamente pelos consumidores, em razão da revogação da Resolução CNPC nº 08/2007.

O encargo que trata a referida resolução destina-se a cobrir os custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, nos termos do artigo 59, inciso I do Decreto nº 5.163/2004.

Até o momento da edição da Resolução CNPE nº 03/2013, os custos decorrentes do acionamento das usinas termelétricas eram custeados exclusivamente pelos consumidores. Após a sua edição, tais custos são rateados entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses.

A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionando a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termelétrica, até o julgamento final da ação. O processo encontra-se concluso para sentença em 1ª Instância desde 29 de abril de 2014. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram a perda desta ação como remota, e por isto não foi constituído provisão sobre este assunto em 31 de dezembro de 2015. Os valores envolvidos até dezembro de 2015 que a Companhia foi excluída do pagamento é da ordem de R\$3,7 milhões.

27 - Gestão de riscos

27.1 - Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

27.2 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio da Investco e da venda pela CEBLajeado apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos, conforme já mencionado nas Notas explicativas 1.5. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

27.3 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), concessionárias e permissionários (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem equivalentes de caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para concessionárias e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica, fato este reduzido em parte através da repactuação do risco hidrológico (Nota 1.5).

27.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis perante a concessionárias e permissionários e de equivalentes de caixa, bem como do valor resultante da recuperação do valor correspondente à Repactuação do Risco Hidrológico.

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de licilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante tendo em vista que as aplicações financeiras são realizadas em banco público.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.5 - Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEBLajeado é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita a uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

28 - Restrição sobre as propriedades de ativos

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

29 - Seguros

A companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEBLajeado.

30 - Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

31 - Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	43.887	18.517
Depreciação	20	17
Amortização	5.887	5.887
Equivalência patrimonial	(13.993)	(18.506)
Atualização monetária JSCP/dividendos	676	-
Dividendos/JSCP de ações preferenciais	(149)	-
Outros	6	(175)
Ajuste no resultado	36.334	5.740
Variações Patrimoniais		
(Aumento) redução em contas a receber	(22.495)	(307)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	1.050	(4.023)
(Aumento) redução JSCP / dividendos a receber	(1.240)	-
(Aumento) redução tributos diferidos	(147)	-
(Aumento) redução em contas de caução	8.028	(2.782)
(Aumento) redução em outros créditos	(16.945)	(471)
Aumento (redução) em fornecedores e contas a pagar	(7.169)	7.657
Aumento (redução) em impostos e contribuições sociais	14.179	(8.794)
Aumento (redução) em JSCP/dividendos/partes beneficiárias	4.973	2.057
Aumento (redução) em outras obrigações	95	(50)
Total	(19.671)	(6.713)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Juros sobre capital próprio / dividendos recebidos	26.757	12.505
Total das Atividades Operacionais Geradas	43.420	11.532

Brasília - DF, 31 de Dezembro de 2015

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor-Geral

PAULO MARCOS CASCELLI DE AZEVEDO
Diretor Administrativo-Financeiro

CLEBER ALVES PEREIRA
Contador CRC-DF 021056/0-7

**CEB LAJEADO S.A.**

CNPJ 03.677.638/0001-50

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
CEB LAJEADO S.A.



Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. ("CEBLajeado"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração da CEBLajeado

A Administração da CEBLajeado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras da CEBLajeado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da CEBLajeado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Opinião

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

1) Em 2014 e 2015, os geradores do sistema hidrelétrico registraram índices de geração de energia em montante inferior à garantia física sazonalizada envolvendo as empresas do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em função de regime pluviométrico atípico registrado no período. Como consequência, os geradores ficaram expostos ao Mercado de Curto Prazo - MCP na aquisição do montante de energia faltante para cumprimento dos contratos de energia, ocasionando perdas significativas às empresas, que, por sua vez, recorreram ao Judiciário, inclusive a CEBLajeado, com o objetivo de se protegerem contra o Ajuste do MRE (índice de mede o resultado da produção no âmbito do MRE) e do rateio adicional dos demais agentes que obtiveram decisões judiciais para serem afastados de tal cobrança. Como resultado, houve uma paralisação das liquidações do MCP. Visando solucionar esta situação, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 684, convertida na Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015, que ofereceu aos geradores a possibilidade de repactuar o risco hidrológico, conforme regras detalhadas na Nota explicativa 1.5, a serem aplicadas a partir de janeiro de 2016. A Companhia optou pela repactuação do risco nas condições ofertadas pelo Governo e, com isso, desistiu da ação judicial a respeito da matéria. Dentre as opções ofertadas pela ANEEL para repactuação, a CEBLajeado escolheu o produto SP92, sendo tal decisão já anuída pela ANEEL em 4 fevereiro de 2016 e, como consequência, auferiu um crédito de R\$16 milhões como ressarcimento dos efeitos da repactuação em 2015, apurados pela CEBLajeado, e que será utilizado para compensação do prêmio do seguro futuro até março de 2029, e que se encontra registrado na conta de Repactuação do risco hidrológico no Ativo não circulante.

2) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 27.2, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE emitiu a Resolução nº 03/2013 que alterou critério de rateio do Custo do Despacho Adicional das usinas térmicas e do Custo Adicional do PLD previstos nos artigos 2º, parágrafo 5º, e 3º, e que passaram a ser divididos entre os geradores de energia do Sistema, os distribuidores, além dos consumidores, estes os únicos responsáveis por tal encargo antes da referida Resolução. A CEBLajeado, conjuntamente com outras empresas do mesmo grupo econômico, ajuizaram ação ordinária contra a União objetivando a suspensão dos efeitos da referida Resolução. A CEBLajeado obteve antecipação de tutela

em julho de 2014 para ser afastada deste custo adicional, com efeitos retroativos a abril de 2014 e, desde então, não efetuou nenhum pagamento desta natureza. Até novembro de 2015, última apuração divulgada pela CCEE, a parcela da CEB Lajeado referente a este custo adicional é de R\$5,1 milhões. Os assessores jurídicos da CEBLajeado classificaram o prognóstico de solução deste assunto como sendo de probabilidade de perda remota e, por isso, não foi constituído provisão para aquele montante.

3) Conforme mencionado na Nota explicativa 1.3, a CEBLajeado possui contrato de venda de Energia exclusivamente para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico, que foi renovado até o final da Concessão da CEBLajeado em 15 de dezembro de 2032. Por outro lado, os bens da usina, necessários à geração de energia, foram arrendados à CEBLajeado pela companhia coligada, de capital aberto, a Investco. Como consequência dessas operações entre empresas do mesmo grupo econômico, o resultado das operações da CEB Lajeado poderia ser diferente daquele que seria obtido em transações efetuadas em condições de mercado com terceiros independentes, não pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Outros assuntos

1) Examinamos, também, a Demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar não obrigatória para as demais empresas. Todavia, a apresentação desta Demonstração é requerida pela Administração da CEBLajeado. Essa Demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos descritos anteriormente e, com base em nossa Opinião, considerando os assuntos destacados no tópico "Ênfases", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

2) As Demonstrações financeiras da CEBLajeado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram Opinião sem ressalva em 9 de fevereiro de 2015, mas contendo Ênfases de mesmo teor do assunto mencionado no parágrafo 3) do tópico Ênfases supra, além de menção sobre os seguintes assuntos:

(i) Risco hidrológico: Foi citada as perdas que os geradores de energia elétrica estavam auferindo em função da ausência de chuvas no período; (ii) Prorrogação de concessões: Foi mencionado que não há impacto para a Companhia como consequência da Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783; (iii) Lei nº 12.973/2014: A Companhia concluiu sobre a não adoção antecipada da referida Lei para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014; (iv) Outros resultados abrangentes: Foi destacado o efeito de R\$ 34 mil no Patrimônio Líquido da CEBLajeado como reflexo de benefícios pós-emprego da coligada Investco; e (v) Seguros: Não contratação de apólice de seguros pela Companhia. O assunto (i) entendemos que já está abrangido no campo da Repactuação do risco hidrológico mencionado no parágrafo 1) do tópico Ênfases acima. Os demais assuntos foram considerados por nós como não relevantes para menção como Ênfases no presente relatório.

Belo Horizonte, 9 de março de 2016

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194

DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Diretor Executivo e Sócio
CRC MG-14.105-0/5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2015, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas em 09.03.2016, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2015.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Lajeado S/A.

Em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 146 da Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 22 de março de 2016.

JOEL ANTONIO DE ARAÚJO

DALMO ALEXANDRE COSTA

WAGNER MONTORO JÚNIOR